



Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

Relatório de Monitoramento de Projetos

Agosto / 2013



CONSELHO CONSULTIVO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL – CCPIS

Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho

Presidente

Evandro Sá Barreto Leitão

Vice-Presidente

Secretaria do Planejamento e Gestão

Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
Suplente: Carlos Eduardo Pires Sobreira

Secretaria da Fazenda

Carlos Mauro Benevides Filho
Suplente: João Marcos Maia

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

Evandro Sá Barreto Leitão
Suplente: Paulo Henrique Parente Neiva Santos

Casa Civil

Arialdo de Mello Pinho
Suplente: Diogo Rodrigues de Carvalho Musy

Secretaria da Saúde

Raimundo José Arruda Bastos
Suplente: Vera Maria Câmara Coelho

Secretaria da Educação

Maria Izolda Cela Arruda Coelho
Suplente: Andréia Araújo Rocha

Secretaria da Cultura

Francisco José Pinheiro
Suplente: Francisco Eduardo Fideles Dutra

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

José Nelson Martins de Sousa
Suplente: Francisco Cristiano Maciel de Góes

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

René Teixeira Barreira
Suplente: Ricardo Costa e Silva Lima

Secretaria das Cidades

Camilo Sobreira de Santana
Suplente: Mario Fracalossi Júnior

Secretaria do Esporte

Esmerino Oliveira Arruda Coelho Júnior
Suplente: Nelci Gadelha de Almeida

Conselho Estadual da Assistência Social

Francisco Elenilson Gomes do Nascimento
Suplente: Michel Platiny Sousa de Moura

Cons. Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente

Mônica Araújo Gomes
Suplente: Margarida Maria de Sousa Pinheiro

Conselho Estadual de Educação

Edgar Linhares Lima
Suplente: Ada Pimentel Gomes Fernandes Vieira

Conselho Estadual de Saúde

Luis Carlos Schwinden
Suplente: Francisco Luís Neto

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará

Emanuel Barreto de Oliveira
Suplente: Marta Maria Rebouças Albuquerque

Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará

Francisco Nilson Freitas
Suplente: Talles George Gomes



GERÊNCIA EXECUTIVA DO FECOP

GERENTE Lara Maria Silva Costa

Assistentes Técnicos Everton Cabral Maciel
João Batista Rolim
Larisa Fátima Martins Bezerra
Maria Afonsina Braga Barbosa Lima
Samuel Alves de Oliveira Júnior

Apoio Técnico Silvana Jereissati Pereira

COMISSÃO DE MONITORAMENTO

GERÊNCIA EXECUTIVA DO FECOP (GEF) Lara Maria Silva Costa
Everton Cabral Maciel
Larisa Fátima Martins Bezerra
João Batista Rolim
Maria Afonsina Braga Barbosa Lima
Samuel Alves de Oliveira Júnior

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) Glória Francisca Burlamaqui Carvalho

Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS) Michel Platiny Sousa de Moura

Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) Francisco Cristiano Maciel de Góes
Zuleide Fraga

Conselho Estadual da Saúde (CESAU) Sem representação neste trabalho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. Projeto Jardim de Gente	5
2. Projeto Bolsa Esporte	15
3. Projeto Rio Maranguapinho	24
4. Centro de Referência do Artesanato do Cariri	35
5. Casa Digital do Campo	43

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta os resultados do monitoramento realizado em cinco projetos financiados com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP). O processo foi conduzido pela Comissão de Monitoramento constituída por representantes do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS) e da Gerência Executiva do FECOP, atendendo uma demanda do CCPIS.

O projetos visitados entre 18 de julho e 02 de agosto de 2013 foram os seguintes: Jardim de Gente, da Secretaria da Cultura (Secult), dia 18 de julho, no bairro Bom Jardim, em Fortaleza; Bolsa Esporte, da Secretaria do Esporte (Sesporte), dia 24 de julho, na Comunidade Poço da Draga, em Fortaleza; Projeto Rio Maranguapinho, da Secretaria das Cidades (Scidades), dia 30 de julho, em Fortaleza, Maracanaú e Maranguape; Centro de Referência do Artesanato do Cariri, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), dia 01 de agosto, em Juazeiro; e a Casa Digital do Campo, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), dia 02 de agosto, na Comunidade do Sítio Baixio do Muquém, no Crato.

O procedimento operacional utilizado foi a visita institucional e/ou comunitária, entrevista com a equipe do projeto, a entrevista e a observação dos beneficiários e produção do marco lógico para facilitar a análise.

Cinco dimensões foram observadas e analisadas: recursos humanos, financeiros e infraestrutura disponíveis; planejamento e monitoramento das ações; produtos e resultados; e participação da comunidade.

O documento é composto por cinco relatórios, sendo um para cada projeto monitorado. Cada relatório é dividido em quatro partes: Informações Gerais, Marco Lógico, Descrição e Análise e Considerações e Encaminhamentos.

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PROJETO: Jardim de Gente



Julho/2013

INFORMAÇÕES GERAIS

Nome do Projeto:

Jardim de Gente

Secretaria Executora:

Secretaria da Cultura

Programa (PPA):

007 - Incentivo às Artes e Culturas Regionais

Mapp:

162 – Centro Cultural Bom Jardim

Período de Execução:

fevereiro a dezembro de 2013

Coordenação do Projeto:

Marley Uchôa (Coordenadora executiva dos projetos no CCBJ e EAOTPS) – Contatos :
e-mail: marleyuchoa@hotmail.com / telefone: 87331828 / 88444750

Marques Filho (Coord. Do Jardim de Gente no CCBJ) – Contatos: e-mail:
marques.ccbj@gmail.com / Telefone: 88427472

Cidade:

Fortaleza

Endereço:

Centro Cultural Bom Jardim – Rua 3 Corações, 400 – Bom Jardim

Data da Visita:

18/07/2013

Comissão de Monitoramento:

Gerência Executiva do FECOP - GEF

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

Secretaria do Desenvolvimento Social - SDA

Conselho Estadual da Saúde – CESAU

Conselho Estadual da Assistência Social - CEAS

Equipe do Projeto que acompanhou a visita:

Marley Uchôa (Coordenadora executiva dos projetos no CCBJ e EAOTPS)

Marques Filho (Coord. Do Jardim de Gente no CCBJ)

Diana Pinheiro (Superintendente do CCBJ)

Joaquim Araújo (professor de Teatro e Gestão Cultural)

Procedimento Operacional:

Visita institucional, entrevista com a equipe do projeto, análise do projeto, produção do marco lógico.

Categoria:

Assistencial – Inclusão Social da Família

Resumo do Projeto:

O Projeto Jardim de Gente funciona no Centro Cultural Bom Jardim, equipamento vinculado à Secretaria da Cultura (SECULT) e gerido pelo Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC), organização social que também é responsável pela gestão do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e da Escola de Artes e Ofícios.

Oferece desde o ano de 2007 oficinas e cursos na área das linguagens artísticas, financiados pelo Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP), atendendo pessoas

de diversas gerações (crianças, jovens, adultos e idosos) que se encontram em situação de pobreza e são moradoras do Grande Bom Jardim, que agrega os bairros Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira.

Para atingir os diversos grupos em uma área que concentra 28.157 domicílios com ½ salário mínimo per capita, segundo dados do IBGE de 2010, o projeto realiza parcerias com associações comunitárias, sociedade civil e organizações governamentais e não governamentais que já atuam na comunidade.

Linha de Atuação:

Educação em artes;
Promoção de talentos;
Difusão cultural.

Temas transversais:

Economia criativa
Cidadania;
Trabalho;
Participação comunitária.

Questões que direcionaram o monitoramento:

- 1) Recursos humanos, financeiros e de infraestrutura disponíveis;
- 2) Planejamento e Monitoramento das ações;
- 3) Participação da Comunidade;
- 4) Produtos e resultados;
- 5) Considerações da equipe.

MARCO LÓGICO

INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS	IMPACTOS
Recursos Financeiros	Cursos nas áreas de economia criativa e linguagens artísticas	Pessoas capacitadas		Incentivo a educação e ensino de artes
Centro Cultural Bom Jardim	Formação para grupos artísticos	Grupos formados	Pessoas capacitadas nas áreas de economia criativa e linguagens artísticas	Acesso a bens e serviços culturais
		Fóruns realizados		Aumento da participação da comunidade em atividades Culturais
Equipe técnica formada por gestores e professores	Promoção de dois fóruns	Parcerias realizadas	Grupos capacitados para concorrer a editais culturais e ingressar economia criativa	Difusão cultural
	Parcerias com instituições			Participação na vida comunitária
Assessoria do				

Instituto de Arte e Cultura do Ceará		Plano elaborado e publicado		Ampliação da capacidade criativa
	Elaboração, publicação e divulgação do Plano Político Pedagógico	Evento realizado e produtos artísticos apresentados		Promoção de novos talentos artísticos
	Evento de Difusão Cultural			Inserção na economia criativa

DESCRIÇÃO E ANÁLISE

A visita foi realizada no dia 18/07/2013 entre 9:00 as 12:30h, previamente agendado com a equipe que coordena o projeto. Participaram deste momento, a equipe da GEF, Lara Costa (coordenadora), Everton Maciel e Afonsina Braga (técnicos); e os representante do Conselho de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), Zuleide Fraga, da SDA e Michell Platiny, do CEAS. A Comissão de monitoramento se reuniu com a equipe do Projeto Jardim de Gente (coordenadores, produtores culturais e professores). Ressaltamos que dois membros da Comissão que representam a STDS e o CESAU, não puderam participar desta visita.



Comissão de Monitoramento e Equipe do Jardim de Gente

O Jardim de Gente, ao integrar a estrutura do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), recebe assessoria e desenvolve seu planejamento cultural e de formação integrado ao IACC, contando com a integração com outros equipamentos culturais e uma gestão qualificada no campo das artes. Nestes termos, o CCBJ, desenvolve diversas atividades de difusão cultural integrando a programação do Guia Cultural do IACC e da Secult. Estas atividades, apesar de estarem relacionadas com as ações do Jardim de Gente, não são financiadas com recursos do FECOP, utilizando-se de outras fontes garantidas através de contrato de gestão entre a Secult e o IACC. Portanto, existem insumos, próprios do CCBJ que são agregados ao Jardim de Gente e vice-versa. A contratação da equipe de professores do Jardim de Gente é realizada através de contrato temporário, pelo período de duração do curso. Outros membros da equipe, que também compõe o CCBJ, são contratadas por outras fontes geridas pelo IACC, dentre estes estão os coordenadores, monitores de segmento, produtores culturais e equipe de facilitadores. São priorizados profissionais da comunidade do Grande Bom Jardim para compor a equipe do projeto, aproximadamente 60 % dos profissionais são da localidade.



Centro Cultural Bom Jardim

Ressaltamos que o CCBJ desenvolve atividades de difusão cultural, mesmo quando os recursos provenientes do FECOP não estão disponíveis, como por exemplo, eventos, apresentações, atividades em parcerias com as escolas, entre outras, garantindo o funcionamento continuado. Contudo, todas as atividades de formação é realizada através do Projeto Jardim de Gente e portanto, com os recursos do FECOP. Devido ao atraso na renovação do contrato de gestão entre a Secult e o IACC, os recursos do

FECOP para a execução do Jardim de Gente só foram disponibilizados pelo IACC em 06 de junho do corrente ano. Logo, as atividades programadas para o ano de 2013, foram reprogramadas para iniciarem em agosto.

Nestes termos, consideramos que houve um considerável prejuízo, uma vez que, durante todo o primeiro semestre não foi realizado nenhum curso ou oficina, gerando expectativas na comunidade sobre o início das atividades ou mesmo se o projeto ainda teria continuidade, expectativas dos professores que aguardam a contratação e principalmente uma sobrecarga de atividades a serem realizadas no segundo semestre que inicia em agosto, gerando inclusive uma reestruturação no cronograma de alguns cursos, para garantir sua execução. As formações dos quatro grupos culturais previstas no projeto também deverá ser iniciada em agosto do corrente ano.

Os fóruns de avaliação e o evento para consolidação do Plano Político Pedagógico (PPP), também foram reprogramados para o segundo semestre. Ressaltamos que estas atividades contribuem para a participação e organização da comunidade, uma vez que, o eventos para consolidação do PPP e os fóruns de avaliação contam com a participação dos funcionários, alunos, famílias, representantes das instituições e entidades parceiras e comunidade em geral.

Para cumprir as metas definidas na proposta, o projeto desenvolve parcerias com diversas instituições e organizações que atuam na comunidade facilitando o acesso das pessoas aos cursos, tendo em vista a extensa área territorial do Grande Bom Jardim. Na prática eles ofertam o curso nos espaços físicos das instituições e entidades parceiras, financiando o professor e o material. A seleção das entidades e a escolha dos cursos dependem dos espaços e equipamentos disponíveis nas entidades e o interesse da comunidade pela área do curso. Existem no momento 47 entidades cadastradas na comunidade e 15 parcerias programadas para o desenvolvimento de atividades no ano de 2013. Mantém ainda, parceria com a Universidade Federal do Ceará através dos projetos de extensão universitária, onde os professores contribuem no planejamento dos cursos e orientações dos alunos, que por sua vez, ministram as aulas. A realização do curso de gastronomia acontece na própria universidade, utilizando a estrutura e os equipamentos. Dentre as instituições e entidades parceiras destacamos:

ABC Bom Jardim
ASHOKA
Associação Comunitária Projeto Paz
CAIC Maria Alves Carioca
Centro de Educação em Gênero e Igualdade Social (CEGIS)
Circo Escola Bom Jardim
CMES Dom Lustosa

Colégio Técnico de Dança (CTD)
Conselho Comunitário dos Moradores do Parque Santa Cecília (CCMPSC)
CRAS Bom Jardim
Espaço Vida Feliz (Centro Social Betesda)
Núcleo de Apoio Socioeducativo (NASE)
Organização Granja Portugal Solidária (SOLIDU)
Ponto de Cultura Casa AME
Projeto Bom Jesus
Projeto José Henrique
Universidade Federal do Ceará (UFC)
União dos Moradores do Bairro Canindezinho (UMBC)



Sala do Curso Design de Moda

Para o ano de 2013, como as atividades foram reprogramadas para um semestre, a coordenação ampliou as parcerias com as instituições e entidades para realização dos cursos e também solicitou dos professores a elaboração de uma nova programação com carga horária que pudesse ser cumprida no período disponível. Informaram que já tiveram essa experiência em anos anteriores e que conseguiram atingir as metas. Cada curso tem pré-requisitos específicos e cada pessoa pode se inscrever em até três cursos durante o ano. No momento estão estruturando a exigência da utilização do NIS na inscrição como forma de garantir ainda mais o atendimento dos critérios do FECOP.

Os cursos não tem caráter profissionalizante, e portanto, não estão voltados exclusivamente ao mercado, mas principalmente, para a formação humana e a inclusão social através da cultura. Logo, o objetivo principal descrito e visualizado na prática cotidiana é a garantia da cultura como um direito social de todos. Contudo, o conhecimento gerado pode ser utilizado pelos beneficiados para inserção no campo da

economia criativa, sendo este um setor que já desperta interesse público, inclusive do Ministério da Cultura. Ressaltamos que não existe acompanhamento das pessoas que foram beneficiadas, não tendo previsão orçamentária para esse acompanhamento no projeto proposto. Portanto, não é possível estabelecer as contribuições do projeto em suas trajetórias de vida. As inscrições para os cursos que começarão em agosto serão iniciadas dia 30 de julho. Os cursos programados são nas seguintes áreas:

CURSOS DE INICIAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO (até 60h) Dança de Salão Intervenções Urbanas: técnicas de desenho, pintura e grafite Coral infantil Técnica Vocal e Iniciação ao Canto Construção de brinquedos populares Teatro de bonecos Iniciação a Fotografia Introdução ao Fotojornalismo Técnicas Básicas de Patchwork Reciclagem de computadores (Metareciclagem) Violão Iniciante	CURSOS DE CRIAÇÃO E EXPRESSÃO (até 100h) Artes Cênicas (Teatro) Teatro para criança Violão Avançado Criação de Figurino Pintura em Tela Percussão 1 e Percussão 2 Introdução às Danças Urbanas Construção de Instrumentos Musicais Maquiagem e efeitos especiais Design de moda Jóias Ecológicas
CURSOS BÁSICOS (até 225h) Técnico de som (PA) e Rodie Desenvolvimento de Jogos para Internet Fotografia digital Animação Design de produtos Produção em artes cênicas Produção em audiovisual Web design Gastronomia	FORMAÇÃO DE GRUPOS ARTÍSTICOS (150h) Danças Urbanas - Formação de Corpo de Baile Coral da Terceira Idade Formação de Corpo Cênico (Teatro) Prática de Conjunto

No final do ano é realizado um evento de difusão cultural, chamado de culminância, onde são apresentados os produtos culturais desenvolvidos nos cursos e oficinas no decorrer no ano.

As informações e dados sobre as pessoas atendidas ainda não estão informatizados, dificultando a realização de pesquisas e avaliações utilizando dados oficiais do projeto. A equipe do Jardim de Gente fez referência ainda, a ausência de informações e dados oficiais sobre as características territoriais dos bairros que compõem o Grande Bom Jardim, dificultando inclusive a realização do diagnóstico. Ressaltamos que a ausência de informações sobre outras políticas públicas podem dificultar a promoção da intersectorialidade e, ao mesmo tempo, favorecer a interposição de ações.

Dentre as dificuldades relatadas pela equipe, destaca-se o atraso no repasse dos recursos financeiros. Contudo, as atividades já estão programadas e está sendo providenciada a compra de novos equipamentos, garantindo a qualidade dos cursos, como prevê essa edição do Projeto.



Exposição de Pintura e Grafite

CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Considerando as questões analisadas, o Projeto Jardim de Gente, de um modo geral, consegue desenvolver uma ação assistencial que garante o direito ao acesso a cultura da população pobre na região do Grande Bom Jardim. Contudo, destacamos algumas questões e encaminhamentos:

1) As informações até então coletadas, não descrevem os desdobramentos do projeto nas condições de vida e de trabalho dos alunos, ou mesmo, as relações com suas trajetórias de vida. Apesar desta análise não compor os objetivos do projeto, são condições para um bom monitoramento e avaliação das ações, inclusive para seu aperfeiçoamento. Dada a dificuldade para manter banco de dados e realizar acompanhamento dos alunos, sugerimos que a equipe utilize o NIS no momento da matrícula, como um meio para manter o acompanhamento do usuário quando da sua participação em outros projetos sociais.

2) O atraso nos repasses dos recursos financeiros trouxe algumas dificuldades para o

projeto, principalmente para a realização dos cursos propostos agora em tempo reduzido. Para garantia da realização das atividades sem prejuízo da qualidade e diante das necessidades apresentadas, sugerimos que a equipe faça uma revisão na estrutura do orçamento do projeto de forma a abranger outras despesas não previstas anteriormente. A Gerência do FECOP também irá realizar contato com a SECULT para viabilizar uma maneira de resolver a questão dos atrasos dos repasses decorrentes da renovação do contrato de gestão entre a Secretaria e o IACC.

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PROJETO: Bolsa Esporte



Julho/2013

INFORMAÇÕES GERAIS

Nome do Projeto:

Bolsa Esporte

Secretaria Executora:

Secretaria do Esporte

Programa (PPA):

071 – Esporte - Educação, Participação e Lazer

Mapp:

20 – Bolsa Esporte

Período de Execução:

janeiro a dezembro de 2013

Coordenação do Projeto:

Juliana Almeida – Contatos: e-mail: bolsaesporte@esporte.ce.gov.br / juliana.paula@esporte.ce.gov.br / Telefone: 3487.8367

Cidade:

Fortaleza e 108 municípios das regiões Metropolitana, Litoral Oeste, Sobral/Ibiapaba, Sertão Inhamuns, Sertão Central, Maciço do Baturité, Litoral Leste/Jaguaribe, Cariri/Centro Sul.

Local visitado:

Comunidade do Poço da Draga – Praia de Iracema – Fortaleza

Data da Visita:

24/07/2013

Comissão de Monitoramento:

Gerência Executiva do FECOP - GEF
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Secretaria do Desenvolvimento Social - SDA
Conselho Estadual da Saúde – CESAU
Conselho Estadual da Assistência Social - CEAS

Equipe do Projeto que acompanhou a visita:

Juliana Almeida – Coordenadora

Procedimento operacional:

Visita institucional, entrevista com a equipe do projeto e beneficiários, análise do desempenho do projeto, produção do marco lógico.

Categoria:

Assistencial – Inclusão Social da Família

Resumo do Projeto:

O Projeto Bolsa Esporte tem como objetivo contribuir para a melhoria do desempenho esportivos de crianças, jovens e adultos atletas, através da concessão de bolsas. Une-se, por sua vez, a um grupo de ações voltadas a garantia do direito social ao esporte da Secretaria do Esporte, dentre as quais o projeto Viva Mais e o Segundo Tempo, que também são financiados através do FECOP.

Com início das atividades em 2007, atende atualmente 1.767 crianças, jovens e adultos em 184 municípios do Estado do Ceará, divididos em três níveis: Nível I, iniciação esportiva; Nível II, desempenho esportivo do 1º ao 10º lugar; e Nível III, desempenho esportivo do 1º ao 6º lugar.

Linha de Atuação:

Democratização e acesso ao esporte
Promoção de talentos.

Temas transversais:

Cidadania;
Participação comunitária.

Questões que direcionaram o monitoramento:

- 1) Recursos humanos, financeiros e de infraestrutura disponíveis;
- 2) Planejamento e Monitoramento das ações;
- 3) Participação da Comunidade;
- 4) Produtos e resultados;
- 5) Considerações da equipe.

MARCO LÓGICO

INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS	IMPACTOS
Recursos Financeiros	Pagamento das Bolsas	Bolsas concedidas	Bolsistas habilitados para concorrer em eventos esportivos	Incentivo ao esporte educacional
Instituições, entidades e projetos parceiros	Monitoramento do desempenho nos treinamentos esportivos	Treinamentos realizados nas modalidades esportivas escolhidas		Acesso de crianças e jovens pobres ao esporte
Equipe técnica formada coordenador e monitores	Monitoramento da frequência escolar		Aumento da frequência escolar	Participação na vida comunitária
	Participação em eventos esportivos	Bolsistas premiados em eventos		Promoção de novos talentos no esporte

DESCRIÇÃO E ANÁLISE

A visita foi realizada no dia 24/07/2013 entre 9:00 as 11:30h, na comunidade Poço da Draga, previamente agendado com a equipe que coordenação do projeto. Participaram deste momento, a equipe da GEF, Lara Costa (gerente), Everton Maciel e Samuel Oliveira (técnicos); e os representantes do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), Zuleide Fraga, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), Michell Platiny, do Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS) e Glória Carvalho, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). A Comissão de Monitoramento se reuniu com a coordenadora do Bolsa Esporte, bolsistas, pais e colaboradores. Ressaltamos que o membro da Comissão que representa o CESAU, não compareceu a esta visita.



Equipe de Monitoramento com a equipe do Projeto e as crianças e jovens da Comunidade Poço da Draga – Fortaleza

O Projeto Bolsa Esporte realiza o monitoramento dos bolsistas através da equipe composta por uma coordenadora e 8 monitores estudantes de educação física. Os monitores que também são bolsistas e recebem bolsa no valor de 547,00 reais por 20 horas semanais de monitoria são pago com recursos do FECOP. A sede da coordenação do projeto encontra-se na Sesporte e as visitas de monitoramento são realizadas nos espaços onde os bolsistas realizam o treinamento, ocasião onde é possível comprovar as informações declaradas na ficha de avaliação de desempenho esportivo e no relatório de prestação de contas. Contudo, o monitoramento dos bolsistas do interior é feito apenas pela análise dos relatórios encaminhados, tendo em vista que não existem monitores no

interior e os únicos recursos previstos no projeto para monitoramento são para pagamento das bolsas dos monitores. O recurso financeiro do FECOP destinado ao Projeto Bolsa Esporte é exclusivamente para o pagamento das bolsas das crianças, jovens e adultos atletas e dos monitores. Eventualmente, a Sesporte, independente dos recursos do FECOP, financia passagens aéreas para a participação do atletas em competições fora do Estado.

O projeto não desenvolve atividade ou intervenção com as famílias dos bolsistas ou com a comunidade. Não há informação se as famílias são atendidas em outros programas ou instituições de apoio.

Os bolsistas encaminham a cada 4 meses o relatório de prestação de contas, modelo disponível no site da Sesporte, anexando as cópias dos comprovantes de gastos, de participação em eventos e cópia do boletim escolar. Os critérios para os gastos da bolsa são definidos em edital como forma de garantir que o bolsista invista na atividade esportiva e portanto, use o recurso para alimentação, materiais esportivos, transporte, inscrição em eventos, entre outras. Apesar de não serem monitorados em seu desempenho escolar, o boletim é utilizado para monitorar a frequência. Os responsáveis pelos bolsistas presentes no momento da visita informaram que os gastos eram principalmente com alimentação para a família.

Os monitores também fazem as visitas nos locais onde os bolsistas realizam os treinamentos. O monitoramento é apenas do bolsista e não dos locais ou dos treinadores, uma vez que, estes não compõem a estrutura da Sesporte, mas são apenas parceiros. Nos espaços de treinamentos existem atletas de outros programas ou projetos. No grupo de atletas da comunidade Poço da Draga existem participantes de outros projetos, principalmente do Projeto Mão Amiga da Sesporte, e iniciantes que também participam dos treinos.

O projeto não possui núcleos de treinamentos próprios. Os espaços, instituições e entidades onde os bolsistas realizam o treinamento e ainda, o professor treinador, não é de responsabilidade do Projeto Bolsa Esporte. As crianças, jovens e adultos se engajam nestes grupos antes de ingressarem no Bolsa Esporte e portanto, a participação em alguma atividade é um pré-requisito para concorrer a bolsa. Logo, os bolsistas atuais iniciaram as atividades esportivas em entidades, instituições privadas ou ainda, através da participação em outros projetos governamentais, incluindo projetos e programas da própria Sesporte, como o Segundo Tempo, o Viva Mais e o Mão Amiga. Estes projetos, através de parcerias com as escolas instituições privadas, clubes, associações, entres outras, favorecem a participação dos bolsistas em atividades esportivas.

Os bolsistas ainda não apresentaram as fichas de acompanhamento do ano de 2013 e portanto, ainda não foi realizado o relatório de desempenho. Contudo, as 1.767 bolsas estão sendo pagas normalmente conforme descritos no quadro a seguir:

Quadro de distribuição das bolsas

Nível	Quantidade de bolsas	Valor da Bolsa
Nível I (iniciação esportiva)	1267	R\$ 100,00
Nível II (desempenho esportivo do 1º ao 10º lugar)	300	R\$ 160,00
Nível III (desempenho esportivo do 1º ao 6º lugar)	200	R\$ 240,00



Jovens bolsistas da comunidade Poço da Draga em treino na Praia de Iracema

Alguns bolsistas do Bolsa Esporte treinam em clubes ou em centros de treinamento renomados da cidade. Nestas instituições, os bolsistas são beneficiados com a estrutura física e os treinadores do local, tornando-se uma oportunidade para estes jovens terem acesso a espaços que oferecem melhor condição para as modalidades escolhidas.

O grupo de jovens atletas da comunidade Poço da Draga utilizam como espaço para realização dos treinos a Praia de Iracema, principalmente, para a prática de *triathlon* e são beneficiados com o Mão Amiga, que oferece materiais esportivos e paga a bolsa para o treinador. Contudo, este grupo de jovens atletas não contam com financiamento para alimentação e o professor entrevistado estava trabalhando voluntariamente, uma vez

que a bolsa recebida do projeto Mão Amiga, no valor de 600,00 reais, encontrava-se suspensa, devido ao período de recesso do projeto. Portanto, a integração das ações da Sesporte, apesar de fortalecer os grupos de atletas, ainda encontra deficiências com os grupos de comunidades mais pobres que não se encontram vinculados a clubes ou outros projetos que dispõem de estrutura mais completa.

Os quadros a seguir apresentam as modalidades dos 1.767 bolsistas do ano de 2013, divididos por a faixa etária e o sexo:

ATLETISMO

Faixa etária	Feminino	Masculino	Quantidade
10 a 14 anos	40	24	64
15 a 29 anos	58	112	170
Acima de 29 anos	1	5	6
Total	99	141	240

BASQUETE

Faixa etária	Feminino	Masculino	Quantidade
10 a 14 anos	5	3	8
15 a 29 anos	11	25	36
Acima de 29 anos	0	5	5
Total	16	33	49

FUTSAL / FUTEBOL /FUTEBOLDE PRAIA/ FUTEBOL SOCIETY

Faixa etária	Feminino	Masculino	Quantidade
10 a 14 anos	105	255	360
15 a 29 anos	140	303	443
Acima de 29 anos	0	0	0
Total	245	558	803

HANDEBOL

Faixa etária	Feminino	Masculino	Quantidade
10 a 14 anos	32	19	51
15 a 29 anos	66	56	122
Acima de 29 anos	0	0	0
Total	98	75	173

KARATÊ/ JUDÔ / JIU JITSU / KUNG FU / LUTA LIVRE / TAEKWONDÔ

Faixa etária	Feminino	Masculino	Quantidade
10 a 14 anos	23	47	70
15 a 29 anos	43	107	150
Acima de 29 anos	1	0	1
Total	67	154	221

TRIATHLON / NATAÇÃO

Faixa etária	Feminino	Masculino	Quantidade
10 a 14 anos	10	7	17

15 a 29 anos	16	38	54
Acima de 29 anos	2	4	6
Total	28	49	77

VOLEIBOL / VOLEI DE PRAIA

Faixa etária	Feminino	Masculino	Quantidade
10 a 14 anos	17	0	17
15 a 29 anos	56	46	102
Acima de 29 anos	0	0	0
Total	73	46	119

OUTROS (XADREZ/ TENIS DE MESA/ SKATE/ GINASTICA RITMICA/ DANÇA/ CICLISMO/ BICICROSS/ MONTAINBIKE/ BODYBOARDYNG/ CAPOEIRA/ KITE SURF/ SURF/ SANDBOARDING/ POLO AGUÁTICO/ NADO SINCRONIZADO)

Faixa etária	Feminino	Masculino	Quantidade
10 a 14 anos	9	14	23
15 a 29 anos	11	44	55
Acima de 29 anos	0	7	7
Total	20	65	85



Reunião com os bolsistas e os familiares na comunidade Poço da Draga

Os bolsistas entrevistados mostraram-se satisfeitos com o projeto, destacando seu reflexo positivo na frequência escolar e nos cuidados com a alimentação.

Dentre as dificuldades apresentadas pela equipe, destacamos a estrutura logística e de pessoal insuficiente para a realização do monitoramento e acompanhamento dos bolsistas, uma vez que, não existe transporte para facilitar o deslocamento dos monitores

da capital e não existem monitores para acompanhamento dos bolsistas do interior. Ressaltamos que alguns treinos acontecem à noite e alguns locais são perigosos ou de difícil acesso, dificultando o monitoramento.

Entre as dificuldades relatadas pelos familiares dos bolsistas da comunidade Poço da Draga, acrescentamos a ausência de apoio financeiro para os pais acompanharem os filhos menores nos eventos esportivos, uma vez que os mesmos têm dificuldade de pagar o transporte nestes dias específicos. Os atletas, na maioria das vezes, participam das competições apenas acompanhados pelos treinadores.

CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Considerando as questões analisadas, o Projeto Bolsa Esporte, de um modo geral, consegue desenvolver uma ação assistencial que garante o direito ao esporte a um grupo de 1.767 de crianças, jovens e adultos pobres. Contudo, destacamos algumas questões e encaminhamentos:

1) O monitoramento insuficiente prejudica a coleta de informações e consequentemente as avaliações sobre os impactos do projeto nas trajetórias de vida do bolsista e de sua família. Entendemos que a qualificação do processo de monitoramento são condições para a melhoria do projeto como um todo, bem como sua integração com outras políticas e programas que o bolsista e sua família participam concomitantemente. Sugerimos portanto, que o processo de monitoramento possa ser revisto e que na renovação do projeto, uma proposta seja apresentada incluindo a capacitação e ampliando o número de monitores e também, conside a integração entre as ações da Sesporte com outras políticas governamentais e de entidades parceiras. Importante ainda, que a equipe utilize o NIS no momento da matrícula, como um método para manter o acompanhamento do usuário quando da sua participação em outros programas e projetos sociais.

2) O grupo de atletas da comunidades Poço da Draga, composto por crianças e jovens enfrentam algumas dificuldades, como a ausência de lanche e instrutor com bolsa atrasada. Apesar destes recursos não estarem previstos no projeto, é recomendável que a Sesporte fique atenta a grupos de atletas oriundos de comunidades mais pobres, que não disponibilizam de estrutura ou de parcerias com clubes ou outras instituições. As estratégias para resolver esta dificuldade devem contemplar o fortalecimento do monitoramento e das parcerias.

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PROJETO: Rio Maranguapinho



Julho/2013

INFORMAÇÕES GERAIS

Nome dos Projetos:

Habitacional Maranguapinho
Rio Maranguapinho Trecho I, II, III (PAC I)
Rio Maranguapinho Trecho Zero (PAC II)
Rio Maranguapinho Trecho IV (PAC II)

Secretaria Executora:

Secretaria das Cidades

Programas (PPA):

033 – Habitacional
031 – Desenvolvimento Urbano

Mapp:

1 - PAC MC Maranguapinho – Elaboração de Projeto e Construção de 9.214 habitações em Fortaleza, 100 em Maranguape e 108 em Maracanaú
2 - PAC – Projeto de Melhorias Urbana e Ambiental do Rio Maranguapinho – PROMURB MARANGUAPINHO – Barragem, dragagem e urbanização
1438 - PAC 2 Projeto Rio Maranguapinho Trecho Zero
1439 - PAC 2 Projeto Rio Maranguapinho Trecho IV em Maracanaú

Período de Execução:

fevereiro a dezembro de 2013

Coordenação do Projeto:

Marcelo Colares – Secretaria das Cidades / Coordenadoria de Projetos Especiais Urbanos – Contatos: e-mail: marcelo.colares@cidades.ce.gov.br / Telefone: 3207.5294

Cidade:

Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia.

Locais visitados:

Obras de Urbanização do Trecho I, II e III, em Fortaleza;
Residenciais Miguel Arrais e Rachel de Queiroz, em Fortaleza;
Barragem Maranguapinho, em Maranguape.

Data da Visita:

30/07/2013

Comissão de Monitoramento:

Gerência Executiva do FECOP - GEF
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Secretaria do Desenvolvimento Social - SDA
Conselho Estadual da Saúde – CESAU
Conselho Estadual da Assistência Social – CEAS

Equipe do Projeto que acompanhou a visita:

Marcelo Colares – coordenador de Projetos Especiais Urbanos / SCidades
Sílvia Rodrigues – técnica da Adins/ SCidades

Procedimento Operacional:

Visita institucional, entrevista com a equipe do projeto, análise do projeto, produção do marco lógico.

Categoria:

Estruturante – Melhorias Habitacionais e Sanitárias

Resumo do Projeto:

O Projeto Rio Maranguapinho tem caráter multissetorial e conta com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, através do Ministério das Cidades com repasses da Caixa, Tesouro Estadual e FECOP. Inclui ações de infra-estrutura de saneamento, construção de unidades habitacionais de interesse social, dragagem e recuperação ambiental de áreas ribeirinhas, beneficiando os municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia.

No que diz respeito às intervenções de Urbanização, destacamos:

- Implantação de via, com ciclovias nas duas margens do Rio, delimitando assim a sua área de preservação;
- Implantação de áreas de lazer e esportes;
- esgotamento sanitário;
- controle e amortecimento de ondas e cheias;
- preservação ambiental.

No que diz respeito às intervenções de Habitação, acrescentamos:

- Construção de 13 (treze) conjuntos habitacionais, localizados nos municípios de Fortaleza (7), Maranguape (1), Caucaia (2), Maracanaú (3), totalizando 6.543 unidades habitacionais;
- Reassentamento de 6.547 famílias beneficiadas que atualmente residem em áreas de risco às margens do Rio Maranguapinho, para os 13 (treze) conjuntos habitacionais citados anteriormente;
- Realização de trabalho técnico social com a população beneficiada com o projeto;
- Pagamento de indenizações de benfeitorias.

Linha de Atuação:

Estruturante – Melhorias Sanitárias e Habitacionais

Temas transversais:

Preservação Ambiental;
Desenvolvimento urbano;
Cidadania;
Acesso ao Lazer.

Questões que direcionaram o monitoramento:

- 1) Recursos humanos, financeiros e de infraestrutura disponíveis;
- 2) Planejamento e Monitoramento das ações;
- 3) Participação da Comunidade;
- 4) Produtos e resultados;
- 5) Considerações da equipe.

MARCO LÓGICO

INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS	IMPACTOS
Recursos Financeiros Assessoria técnica da Secretaria das Cidades	Construção de Unidades Habitacionais	Unidades Habitacionais Construídas	Melhoria nas condições sanitárias e habitacionais	Acesso às famílias a bens e serviços
	Elaboração de Laudos de terrenos e benfeitorias	Indenizações pagas		
	Pagamento de Indenizações de terrenos e benfeitorias		Melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias	Participação na vida comunitária
	Gerenciamento e fiscalização da desocupação da área	Desocupação realizada		
	Contratação de Obra de Urbanização	Urbanização realizada		Preservação Ambiental no entorno do Rio Maranguapinho
	Gerenciamento e fiscalização da obra de execução		Recuperação ambiental do Rio Maranguapinho	
	Execução de obra de urbanização			

DESCRIÇÃO E ANÁLISE

A visita foi realizada no dia 30/07/2013 entre 9:00 as 12:30h, previamente agendado com a equipe que coordena o projeto. Participaram deste momento, a equipe técnica da GEF, Everton Maciel, João Rolim, Larisa Bezerra e Afonsina Braga; e os representante do Conselho de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), Cristiano Goes, da SDA e Michell Platiny, do CEAS. Ressaltamos que dois membros da Comissão que representam a STDS e o CESAU, não puderam participar desta visita.



Equipe de Monitoramento e Equipe Secretaria das Cidades

O projeto Rio Maranguapinho da Secretaria das Cidades iniciou em 2009 e vem desenvolvendo obras de urbanização e melhorias sanitárias e habitacionais, atendendo principalmente a população residente no entorno do Rio Maranguapinho. Em sua totalidade o projeto inclui a construção de unidades habitacionais de interesse social, ações de controle e amortecimento de cheias, dragagem, urbanização (implantação de via, com ciclovia nas duas margens do Rio, delimitando assim a sua área de preservação, e implantação de áreas de lazer e esportes), esgotamento sanitário e recuperação ambiental das áreas ribeirinhas.

O projeto Habitacional Maranguapinho recebe recursos do FECOP desde 2009 e já apresenta resultados significativos quanto às melhorias habitacionais e reassentamento das famílias que residiam nas áreas ribeirinhas e adjacentes ao Rio Maranguapinho. No âmbito deste projeto a SCidades programou a construção de 13 (treze) conjuntos habitacionais localizados nos municípios de Fortaleza (07), Maranguape (01), Caucaia (02), Maracanaú (03), totalizando 6.547 unidades habitacionais. Tem por objetivo o reassentamento de famílias que atualmente residem em áreas de risco às margens do Rio Maranguapinho. Para o ano de 2013, a meta é a construção de 3.410 unidades, beneficiando o mesmo número de famílias. As 13 construções estão listadas no quadro a seguir:

Residenciais Projeto Rio Maranguapinho

Nº	EMPREENDIMENTO	Nº DE UNIDADES	TIPOLOGIA	ÁREA (M²)	STATUS
1	Residencial Leonel Brizola	576	Apto.	44,57	Obra concluída – famílias morando
2	Residencial Juraci Magalhães	336	Apto.	44,46	Obra Concluída – Famílias Morando
3	Residencial Miguel Arraes	1212	Apto.	44,46	Obra Concluída – Famílias Morando
4	Residencial Rachel de Queiroz	324	Apto.	44,46	Obra Concluída – Famílias Morando
5	Residencial Blanchard Girão	108	Casa	52,45	Obra Concluída – Famílias Morando
6	Residencial Lupe de Paula	69	Casa	43,78	Obra Concluída – Famílias Morando
7	Residencial Eleazar de Carvalho	696	Apto.	44,46	Paralisado – aguardando alvará
8	Residencial Santo Sátiro	128	Apto.	44,09	Obra em Construção
9	Residencial Aldemir Martins	612	Apto.	52,45	Obra em Construção
10	Residencial José Alencar	870	Apto.	44,46	Aguardando alvará
11	Residencial Itamar Franco	822	Apto.	44,46	Obra a iniciar – aguardando replanilhamento
12	Residencial Zilda Arns	282	Apto.	44,46	Obra a iniciar – aguardando replanilhamento
13	Residencial Pajuçara	456 (apto.) 56 (casas)	Apto./Casa	44,46 43,78	Em processo licitatório
Total		6547	-----	-----	-----

Fonte: Secretaria das Cidades / Coordenadoria de Projetos Especiais.



Área desapropriada e obras de urbanização - Trecho II



Residencial Habitacional Miguel Arrais

Atualmente o Projeto Habitacional Maranguapinho encontra-se em fase de construção de 740 unidades habitacionais, divididos entre os residenciais Aldemir Martins (612) e Santo Sátiro (128). Os residenciais Eleazar de Carvalho e o José de Alencar estão com execução atrasada devido à demora na expedição dos Alvarás de Construção. Assim também como os residenciais Itamar Franco e Zilda Arns, devido à necessidade de replanilhamento junto à CAIXA. Já o Residencial Santo Sátiro retomou suas obras em junho, após o replanilhamento. O residencial Pajuçara está em fase de final de licitação, com previsão de início em 2014. Este projeto tem como meta inicial 3.410 reassentamentos, porém não houve nenhuma família reassentada

Ainda segundo informado pela equipe da Secretaria das Cidades, os projetos habitacionais são contemplam um trabalho social realizado junto às famílias beneficiadas, antes, durante e após a implementação dos mesmos. Têm por objetivo garantir a sustentabilidade dos empreendimentos e a sua apropriação pelo público beneficiado. Contudo, nos condomínios já implantados houve um atraso na contratação da empresa que presta este serviço, ocorrendo portanto atraso na realização das atividades sociais de integração e organização da comunidade.

Nos residenciais Miguel Arraes e Rachel de Queiroz, visitados pela equipe, alguns moradores apresentaram alguns problemas, principalmente relacionados ao acesso a outras políticas sociais, uma vez que, as escolas públicas, as creches e as unidades de saúde, ficam distantes da comunidade. Existe a previsão de que sejam construídas escola e posto de saúde na comunidade, já tendo espaço físico delimitado. Contudo, as obras

ainda não foram iniciadas. Alguns moradores fizeram pequenos comércios em suas residências e outros aumentaram o espaço físico, podendo comprometer a estrutura do condomínio.



O Projeto do Rio Maranguapinho Trecho I, II e III foi um projeto concebido principalmente para o pagamento de 3.395 indenizações de imóveis comerciais que terão que ser removidos para a execução das obras de urbanização e demarcação da faixa de preservação ambiental do rio, imóveis residenciais que possuem padrão construtivo superior ao dos conjuntos habitacionais edificadas pelo Governo, e imóveis pertencentes a famílias que não se interessam por permuta, pois pretendem retornar as suas cidades de origem. O público alvo deste projeto são as famílias residentes na área referente aos Trechos I, II e III (da Av. Mister Hull até o 4º Anel Viário) do Rio Maranguapinho. Este Projeto, iniciado em 2013, prevê o pagamento de 202 indenizações, sendo 19 (dezenove) relativas à desapropriação de terrenos e 183 (cento e oitenta e três) de benfeitorias.

No primeiro semestre do corrente ano foi executada em sua totalidade a meta prevista do Projeto Rio Maranguapinho Trecho I, II e III, onde foram realizados o pagamento de 202 indenizações, em que foram beneficiadas 1.010 pessoas.

Dentre as dificuldades encontradas, ressaltamos o acúmulo de lixo no entorno do Rio, inclusive sendo colocado pela comunidade local. Verificamos ainda, a construção de cômodos nas residências e comércios ocupando os espaços públicos, como praças e calçadas.



Urbanização do Trecho I

O Projeto do Rio Maranguapinho Trecho Zero, iniciou sua execução em 2013, objetivando também, indenizar imóveis comerciais e residenciais. Seu público-alvo são as famílias e proprietários de imóveis situados neste Trecho.

No primeiro semestre de 2013 foram realizadas a identificação e a escolha de um terreno para construção de um Residencial e dois terrenos para construção de equipamentos públicos, conforme metas previstas no projeto. Apenas 07 (sete) laudos de terrenos e benfeitorias, dos 1.255 previstos, foram elaborados e encaminhados à CAIXA para aprovação. A equipe destaca que as avaliações de desapropriação do DAE de terrenos dos residenciais e dos equipamentos só foram concluídas em junho, justificando assim, o número reduzido de laudos.

O Projeto Rio Maranguapinho Trecho IV, também foi iniciado em 2013, tratando-se de uma ação preventiva, tendo em vista que a área não apresenta uma ocupação muito adensada. Tem ainda o objetivo de liberar a área da Poligonal de Desapropriação às margens do Rio Maranguapinho no Trecho IV (do 4º Anel Viário até a Barragem Maranguapinho), para permitir a execução das obras de urbanização. A meta para o ano de 2013 é a liberação de 30% do total de 287,54 m² da poligonal de desapropriação do trecho.

Até o momento, não foi possível executar nenhum percentual da meta prevista do Trecho IV. No entanto, neste semestre foram elaborados, por empresa contratada através do Contrato de Gestão 2013, 50 Laudos dos terrenos e 317 laudos de benfeitorias,

totalizando os 367 laudos previstos como uma das metas. Os Laudos dos terrenos serão encaminhados para aprovação da Caixa, e somente após aprovação, serão iniciadas as negociações com os proprietários. A previsão é que estas negociações ocorram no segundo semestre para então possibilitar o pagamento das indenizações.

Visitamos ainda a Barragem do Maranguapinho que já encontra-se concluída.

Barragem Maranguapinho

Municípios: Maracanaú e Maranguape

Bacia Hidrográfica

Área da bacia Hidráulica : 306,84 ha

Volume acumulado : 9.350.000 m³

Barragem Principal

Tipo: Mista de terra e CCR

Maciço de Terra

Altura máxima : 9,00 m

Largura do coroamento: 6,0 m

Ext. coroamento – Esquerdo: 572,40 m

Ext. coroamento – Direito: 1.285,50 m

Cota do coroamento: 55,00 m

Barragem em CCR- Insubmersível

Tipo: Gravidade Altura máxima: 12,0m

Largura do coroamento: 6,0 m

Ext. coroamento Esquerdo: 380 m

Ext. coroamento Direito: .580 m

Cota do coroamento: 55,00 m

Tomada de água

Tipo Tubo de aço envolto em concreto

Nº de condutos: 02 - Diâmetro: 1.800 mm

Comprimento do conduto: 17 m

Controle: Comporta stop-log a montante e válvula dispersora a jusante

Nº de válvulas: 04 - Diâmetro: 600 mm

Barragem de CCR – Submersível -

Sangradouro:

Tipo: Perfil Creager em CCR

L: 160 m - Cota de sangria: 51,50 m

Vaz. máx. (Tr=1.000 anos) 601,66 m³/s

Lâm. máx. Prevista (T.R=1.000anos): 1,70 m



CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Considerando as questões analisadas, o Projeto Rio Maranguapinho, vem conseguindo desenvolver uma ação estruturante que garante o direito ao acesso a habitação da população pobre e a preservação ambiental no entorno do Rio Maranguapinho. Contudo, destacamos algumas questões e encaminhamentos:

1) Apesar de previsto a construção de escola e posto de saúde na localidade onde se encontram os residenciais Miguel Arraes e Rachel de Queiroz, até o momento as obras não foram iniciadas, dificultando o acesso a famílias a estas políticas. Portanto, ressaltamos a necessidade de que a integração entre as políticas públicas e entre a gestão estadual com a municipal seja mais eficiente de forma que os residenciais sejam ocupados com os os equipamentos construídos e em funcionamento. Sugerimos que sejam avaliados estas experiências iniciais de reassentamento para a melhoria no processo de organização das comunidades.

2) As áreas já urbanizadas no entorno do Rio Maranguapinho precisam de manutenção, principalmente, coleta de lixo. A população moradora parece ainda não ter se apropriado do espaço e os objetos são descartados às margens do Rio. Sugerimos que seja viabilizada a manutenção do espaço através dos órgãos da prefeitura, garantindo ainda, a preservação ambiental. Importante também, a continuidade do trabalho social com as famílias promovendo a integração e a mobilização em prol do espaço coletivo.

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PROJETO: Implementação do Centro de Artesanato do Cariri



Agosto/2013

INFORMAÇÕES GERAIS

Nome do Projeto:

Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri

Secretaria Executora:

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS

Programa (PPA):

049 – Trabalho, Emprego e Renda

Mapp:

130 – Implementação do Centro de Artesanato do Cariri

Período de Execução:

março a dezembro de 2013

Coordenação do Projeto:

Lúcia de Sá Gondim - Contatos: e-mail: coordenacaoceart@stds.ce.gov.br / Telefone: 3101.1625 / 3101.1627

Cidade:

Juazeiro do Norte

Local visitado:

Centro de Referência do Artesanato do Cariri – rua José Marrocos S/N, bairro Santa Tereza, Juazeiro do Norte

Data da Visita:

01/08/2013

Comissão de Monitoramento:

Gerência Executiva do FECOP - GEF
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Secretaria do Desenvolvimento Social - SDA
Conselho Estadual da Saúde – CESAU
Conselho Estadual da Assistência Social - CEAS

Equipe do Projeto que acompanhou a visita:

Ivone Moraes – técnica local
Lúcia Gondim - coordenadora

Procedimento operacional:

Visita institucional, entrevista com a equipe do projeto e artesãos, análise do projeto, produção do marco lógico.

Categoria:

Estruturante – Inclusão Produtiva

Resumo do Projeto:

O projeto tem como objetivo fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, com vistas a valorização da identidade cultural local e integração da atividade artesanal à cadeia produtiva do turismo e da cultura da região do Cariri, promovendo assim a ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda para artesãos da região.

Atende os municípios da região do Cariri através das atividades de capacitação de artesãos para aperfeiçoamento dos produtos e gestão de negócios, promoção de eventos e apoio as entidades e grupos produtivos.

Linha de Atuação: Trabalho e Geração de Renda
Temas transversais: Cidadania; Participação comunitária.
Questões que direcionaram o monitoramento: 1) Recursos humanos, financeiros e de infraestrutura disponíveis; 2) Planejamento e Monitoramento das ações; 3) Participação da Comunidade; 4) Produtos e resultados; 5) Considerações da equipe.

MARCO LÓGICO

INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS	IMPACTOS
Recursos Financeiros	Promoção da Feira Regional do Artesanato	Feira Regional do Artesanato Realizada		Geração de trabalho e renda para os artesãos
Parceria com a Prefeitura de Juazeiro	Capacitações para aperfeiçoamento e criação de novos produtos	Artesãos capacitados	Produtos aperfeiçoados e novos produtos criados	
Associações comunitárias parceiras	Apoio à participação dos artesãos em eventos estaduais e nacionais	Exposição de produtos em eventos estaduais e nacionais realizada		Aumento do número de empreendedores na região do Cariri
Equipe formada por coordenador, técnicos e instrutores de oficinas	Doação de equipamentos para as entidades de artesanato	Entidades e grupos produtivos equipados	Artesãos, entidades e grupos produtivos qualificados e organizados para ingresso e continuidade no ramo da economia criativa	Aumento do número de entidades e grupos produtivos na Região do Cariri
	Desenvolvimento da Identidade Visual das entidades de artesanato e grupos produtivos	Identities visuais criadas		
	Formalização das Entidades de Artesanato	Entidades de Artesanato Formalizadas		

DESCRIÇÃO E ANÁLISE

A visita foi realizada no dia 01/08/2013 entre 15:00 as 18:00h, no Centro de Referência do Artesanato do Cariri, na cidade de Juazeiro do Norte, previamente agendada com a equipe que coordenação do projeto. Participaram deste momento, Everton Maciel, técnico da GEF e os representantes do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), Michell Platiny, do Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS) e Glória Burlamaqui Carvalho, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). A Comissão de Monitoramento se reuniu com a coordenadora e a equipe do Centro de Artesanato do Cariri e aproximadamente 40 artesãos. Ressaltamos que os membros da Comissão que representam o CESAU e a SDA, não compareceram a esta visita.



Grupo de Artesãos da Região do Cariri

O Centro de Referência do Artesanato do Cariri em funcionamento desde 2010 integra a Coordenadoria do Artesanato e Economia Solidária. A políticas desta Coordenadoria incluem a qualificação de artesãos, o apoio à comercialização, a gestão da Central de Artesanato do Ceará (CEART) e o gerenciamento do Fundo Especial de Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato (FUNDART), além do fortalecimento de unidades produtivas da Economia Solidária. Todos os projetos e programas vinculados

diretamente às diretrizes da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social da qual faz parte.

O projeto oferta capacitação para aperfeiçoamento dos produtos artesanais com 60horas/aula, técnicas de gestão de negócio, com 20horas/aula, consultorias para desenvolvimento de novos produtos, com 5horas, e concessão de Kit's de instrumentais de trabalho.

O público-alvo é selecionado através das demandas que são enviadas à coordenadoria pelas entidades e grupos produtivos. Essas demandas são mapeadas e cadastradas para elaboração de diagnóstico da estrutura de funcionamento, número de participantes, identificação de tipologia, técnica artesanal, forma de organização e meios de comercialização. Caso atendam aos critérios, dá-se início à fase de atendimento.

Os projetos das novas coleções de produtos são apresentados pelos designers e analisados pela equipe de técnicos da CEART para aprovação. Os projetos aprovados seguem então para a nova etapa do processo que é a prototipagem, onde são elaborados todos os produtos da coleção por um artesão, com orientação do designer.

Depois de finalizados, os protótipos passam por nova avaliação da equipe de técnicos da CEART para a aprovação final e autorização para realização da capacitação tecnológica e de gestão de negócios.



Sala da Oficina de Lapidário

Entre os anos de 2010 a 2012 foram realizadas as seguintes capacitações

ANO	NÚMERO DE CAPACITAÇÕES	ARTESÃOS BENEFICIADOS
2010	16 capacitações de aperfeiçoamento tecnológico (argila; trança/palha de bananeira; sementes, casca, coco de babaçu; fuxico; pintura a mão; trança/palha milho; couro; boneca de pano; retalho; madeira. Crochê; bordado; trança/palha em taboa; renda de bilro) 16 capacitações de gestão de negócios	341 artesãos dos municípios de Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Crato, Farias Brito, Juazeiro, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte, Várzea Alegre e Santana do Cariri.
2011	45 capacitações de aperfeiçoamento tecnológico (trançado palha de milho; trançado na carnaúba; trançado fibra de bananeira; tecelagem; fios e tecidos; trançado fibra da taboa; fécula da mandioca; biojóias; beneficiamento; fibras vegetais acabamento de bolsas; trançado/fibra sisal; fios e tecidos bordado a máquina, couro/sandálias; bordado a mão; fuxico; flores; madeira/imagens sacras; madeira/brinquedos; pintura em tecido; argila) 45 capacitações de gestão de negócios	898 artesãos dos municípios de Antonina do Norte, Assaré, Barro, Juazeiro, Jati, Lavras da Mangabeira, Barbalha, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Mauriti, Missão Velha, Nova Olinda, Varzea Alegre, Penaforte, Antonina do Norte, Tarrafas, Altaneira, Abaiara, Jardim e Potengi.
2012	20 capacitações de aperfeiçoamento tecnológico (trançado palha de milho; ponto cruz; trançado fibra de bananeira; biojóias; sisal; argila; trançado na carnaúba; composição de retalhos; fuxico; bordado) 20 capacitações de gestão de negócios	459 artesãos dos municípios de Araripe, Antonina do Norte, Barro, Barbalha, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Missão Velha, Juazeiro, Jardim, Lavras da Mangabeira e Nova Olinda.

No primeiro semestre de 2013 foram realizados os processos de sistematização de dados e pesquisa iconográfica, visitas técnicas e projeto criativo/projectual da identidade visual de 14 (quatorze) entidades artesanais visitadas. Os cursos terão início no segundo semestre, tendo sido concluído o processo de contratação das Entidades Executoras, com celebração do Segundo Termo Aditivo do Termo de Parceria nº 02/2012, firmado

entre a STDS e a Agência de Desenvolvimento Econômico Social – ADES.

Os artesãos presentes durante a visita apresentaram as repercussões positivas da participação do projeto, dentre estas destacamos: o aperfeiçoamento do trabalho; melhoria da qualidade e diversificação dos produtos; parcerias com os designers na criação de novos produtos; apoio a comercialização; aumento das vendas; melhoria na renda das famílias e acesso ao consumo; oportunidade de participação em eventos nacionais.

Dentre as dificuldades os artesãos destacam: vários grupos fazendo o mesmo tipo de artesanato; produtos criados pelo designer não se enquadra no protótipo, número limitado de entidades beneficiadas pelos kits, número reduzido de eventos para a divulgação e comercialização dos produtos, pequeno número de artesãos que participam de eventos nacionais.



CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Considerando as questões analisadas, o Projeto Implementação do Centro de Artesanato do Cariri, de um modo geral, consegue desenvolver uma ação estruturante que garante a inclusão produtiva de artesãos, entidades e grupos produtivos da região do Cariri. Contudo, destacamos algumas questões e encaminhamentos:

- 1) Sugerimos que a equipe mantenha cadastro dos artesãos beneficiados com o NIS, como um meio para manter o acompanhamento do usuário quando da sua participação em outros programas e projetos sociais;
- 2) Atendendo as solicitações dos artesãos, é importante que a STDS promova mais eventos e espaços para que os artesãos possam apresentar seus produtos artesanais e ainda facilite a participação destes nestes eventos.

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PROJETO: Casa Digital do Campo



Agosto/2013

INFORMAÇÕES GERAIS

Nome do Projeto:

Casa Digital do Campo

Secretaria Executora:

Secretaria do Desenvolvimento Agrário

Programa (PPA):

029 – Enfrentamento a Pobreza Rural

Mapp:

339 – Implantação de 247 Casas Digitais

Período de Execução:

janeiro a dezembro de 2013

Coordenação do Projeto:

Maria Sandra Araújo Bandeira - Contatos: e-mail: sandrabandeira2000@hotmail.com /
Telefone: 3101.2535 / 9922.3914

Cidade:

Fortaleza e 87 municípios das regiões Metropolitana de Fortaleza, Litoral Oeste, Sobral/Ibiapaba, Sertão Inhamuns, Sertão Central, Maciço do Baturité, Litoral Leste/Jaguaribe, Cariri/Centro Sul.

Local visitado:

Casa Digital do Campo – Sítio Baixio do Muquém – Crato

Data da Visita:

02/08/2013

Comissão de Monitoramento:

Gerência Executiva do FECOP - GEF
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Secretaria do Desenvolvimento Social - SDA
Conselho Estadual da Saúde – CESAU
Conselho Estadual da Assistência Social - CEAS

Equipe do Projeto que acompanhou a visita:

Maria Sandra Araújo Bandeira – Coordenadora / SDA
Sidney Lopes - Agente Comunitário de Inclusão Digital – Nova Vida- Ibaretama
Francisco Renê da Silva - Agente Comunitário de Inclusão Digital - Catolé da Pista –
Piquet Carneiro.

Procedimento Operacional:

Visita institucional, entrevista com a equipe do projeto, análise do projeto, observação dos beneficiários, produção do marco lógico.

Categoria:

Estruturante – Acesso a Informação e a Comunicação

Resumo do Projeto:

O Projeto Casa Digital do Campo acontece através da parceria entre governo estadual, governo federal e associações de moradores de comunidades rurais. Iniciado em 2008, com 105 Casas implantadas até agosto de 2013, o projeto conta com recursos do FECOP desde o ano de 2011. Trata-se de um espaço que permite a comunidade o acesso a internet, garantindo o direito a informação e a comunicação e facilitando a participação comunitária. Acontece, ainda, a integração entre as comunidades por meio

virtual e o acesso a educação à distância. A comunidade é capacitada e habilitada para a implantação das casas e disponibiliza 40 pessoas que se tornam agentes comunitários de inclusão social e atuam voluntariamente nas Casas Digitais. A SDA realiza a capacitação e mantém o acompanhamento das comunidades beneficiadas, contribuindo para o processo de organização da comunidade.

Linha de Atuação:

Inclusão digital

Temas transversais:

Cidadania;

Participação comunitária.

Questões que direcionaram o monitoramento:

- 1) Recursos humanos, financeiros e de infraestrutura disponíveis;
- 2) Planejamento e Monitoramento das ações;
- 3) Participação da Comunidade;
- 4) Produtos e resultados;
- 5) Considerações da equipe.

MARCO LÓGICO

INSUMOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADOS	IMPACTOS
Recursos Financeiros	Capacitação de Facilitadores	Facilitadores capacitados		
Parceria com o Ministério das Comunicações	reunião de orientação e sensibilização da comunidades	Comunidade orientada e sensibilizada	Acesso da comunidade rural a informação e a comunicação	
Equipe formada por coordenador, facilitadores, técnicos de implantação e agentes comunitário de inclusão digital voluntários	Implantação das Casas Digitais	Comunidade local habilitada para utilização das Casas Digitais		Integração e Participação na vida comunitária
		Casas Digitais implantadas	Aumento da participação de moradores da zona rural ao ensino a distância	
Parceria com as Associações Comunitárias	Curso de Agente Comunitário de Inclusão Digital	Agentes comunitários de inclusão digital capacitados		Acesso a oportunidades de inserção no mercado de trabalho
Veículos	Oficina de Acompanhamento das Casas Digitais	Oficinas de Acompanhamento realizadas		

DESCRIÇÃO E ANÁLISE

A visita foi realizada no dia 02/08/2013 entre 9:00 as 12:00h, na comunidade Sítio do Muquém, no município do Crato, previamente agendado com a equipe que coordena o projeto. Participaram deste momento, o técnico da GEF, Everton Maciel; e os representantes do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), Michell Platiny, do Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS) e Glória Burlamaqui Carvalho, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). A Comissão de Monitoramento se reuniu com a coordenadora da Casa Digital do Campo e representante e representante da SDA, Sandra Bandeira, beneficiários, agentes comunitários de inclusão digital e representantes da Associação Comunitária. Ressaltamos que o membro da Comissão que representa o CESA não compareceu a esta visita.



Equipe de Monitoramento com a equipe da SDA e núcleo gestor da Casa Digital do Baixo do Muquém

O projeto acontece por meio da parceria entre o governo federal através do Ministério das Comunicações, o governo do Estado, através SDA e dos recursos do FECOP. O Ministério das Comunicações fica responsável pela doação dos equipamentos (móveis e computadores), pela rede de internet através de satélite e ainda, a assistência técnica por um período de três anos. A comunidade local também entra como parceira e através da associação de moradores oferece o espaço físico em condições de receber o

projeto. A SDA, através dos recursos do FECOP, financia o processo de organização comunitária, capacitação dos agentes de inclusão digital, habilitação da comunidade e acompanhamento do funcionamento, através de oficinas, reuniões e visitas técnicas.

Até o momento foram implantadas 107 Casas Digitais, sendo 30 do projeto MAPP/Telecentro Comunitário, que ocorreu no período de 2008 a 2011 e 74 do projeto MAPP/Telecentros BR, utilizando ainda recursos do FECOP, em execução desde 2011. As 247 comunidades previstas para receber o projeto, incluindo as que já foram beneficiadas, foram contempladas no edital Programa Telecentro.BR/MiniCom, do ano de 2010. Outras comunidades solicitaram inclusão no projeto posteriormente, contudo, ainda não há previsão de novo edital. Neste ano foram implantadas dez novas Casas Digitais referente ao projeto de 2013 e 22 (vinte e duas) da proposta do ano anterior. Encontram-se disponíveis equipamentos para mais 13 (treze) Casas Digitais que deverão ser implantadas nos próximos meses.



Casa Digital – Sítio Baixio do Muquém – Crato CE

As oficinas e cursos acontecem nas etapas de implantação, funcionamento e acompanhamento do projeto. Inicialmente as temáticas envolvem informática básica, rede de computadores, gestão e sustentabilidade da Casa Digital e temas relacionados. No segundo momento, com a Casa Digital já implantada, a equipe capacitada realiza a multiplicação do conhecimento para a comunidade. Em seguida, a comunidade recebe o acompanhamento e a oficina de pintura e arte para construção da identidade cultural,

beleza e harmonia da Casa, bem como são organizadas as atividades e programados eventos culturais de acordo com o interesse da comunidade. Portanto, destacamos que além da formação e habilitação da comunidade para gerenciar e utilizar o espaço, no processo de construção do projeto acontece também a mobilização dos atores locais envolvidos facilitando a integração e o resgate cultural da comunidade.

A equipe é composta por 15 técnicos de implantação e 15 facilitadores das oficinas. Estes são pagos com recursos do FECOP, através do Instituto Agropólos. No período das formações os facilitadores ficam hospedados na comunidade por aproximadamente 10 dias. O pessoal da Assistência técnica conta com a estrutura de transporte da SDA para cumprir uma rota e atender as comunidades. Cada Casa Digital possui um Comitê Gestor composto por pessoas da própria comunidade. Estas pessoas gerenciam a casa e organizam as atividades, de acordo com a escala de atendimento ao público definido com a colaboração dos agentes comunitários capacitados. Foram adquiridos quatro carros para o projeto que é utilizado para o deslocamento da equipe para atividades do projeto. A equipe faz avaliações internas anuais para melhoria da metodologia da capacitação e resolver problemas apresentados. No ano corrente estão fazendo estas avaliações mensalmente.

As Casas Digitais contam ainda com voluntários de um grupo de 40 agentes comunitários de inclusão digital, que foram capacitados e compõem a escala de trabalho voluntário no projeto.

Alguns dos técnicos e facilitadores são também agentes comunitários de inclusão digital das Casas Digitais de suas comunidades que após serem capacitados e se destacarem no grupo foram contratados para fazer parte da equipe. Estes continuam morando em suas comunidades e se deslocam para as outras Casas Digitais para a realização e acompanhamento das atividades. Dentre estes, 15 (quinze) fazem curso de superior a distância.

No ano de 2013 foram realizados 94 Cursos de Formação de Agentes Comunitários de Inclusão Digital para cerca 1880 moradores do campo. Foram realizadas ainda 42 assistências técnicas para instalação dos equipamentos, cabeamento, consertos e/ou conexão na internet e 14 Oficinas de Arte, Cultura e Identidade.

Alguns resultados qualitativos são relatados pela equipe, como por exemplo, adultos e idosos que foram alfabetizados utilizando o recurso do computador, jovens que fazem cursos de graduação a distância acessando as aulas com o computador das Casas Digitais. Estas informações não estão registradas de forma que possam ser contabilizadas como resultados. As Casas Digitais possuem rede virtual, contando com

blogs e páginas no facebook, proporcionando a integração das várias casas e possibilitando a divulgação de eventos e cursos que podem ser realizados pela internet. Portanto, verificamos que projeto possibilita a integração das comunidades e o acesso a informação e a educação.

Os jovens e as lideranças da comunidade presentes durante a visita destacaram algumas oportunidades que geradas após a implantação do projeto, quais sejam: permanência dos jovens na comunidade; integração da comunidade; participação de cursos a distância, inclusive o acesso ao ensino superior a distância; participação de idosos; acesso a serviços ao consumidor através da internet, entre outras.



Adolescente da comunidade Sítio do Muquém acessando a internet

As dificuldades encontradas se referem principalmente, a manutenção dos computadores, que deveria ser garantida pelo governo federal, através do Ministério das Comunicações nos três anos iniciais após a implantação. Contudo, esta assistência não está sendo realizada, ocasionando transtornos para a equipe que realiza o acompanhamento. Alguns agentes de inclusão digital foram capacitados para realizar assistência básica a computadores, mas encontram dificuldades com a manutenção de alguns equipamentos que necessitam de peças ou necessitam de uma assistência mais especializada. A comunidade visitada fez referência a necessidade de manutenção de equipamentos com defeito.

Algumas Associações Comunitárias conseguiram parceria com a Prefeitura, para

contribuir na manutenção das casas, principalmente com o pagamento da energia. Nas outras que não conseguiram parcerias, a própria comunidade se responsabiliza por estas despesas. Garantindo ainda que o acesso a internet proporcione desenvolvimento da comunidade e a conquista de parcerias, durante a capacitação é compartilhado, principalmente com os líderes comunitários, os meios para o acesso a editais nos sites da administração pública.

A equipe do projeto destaca ainda, o prejuízo sofrido pelo projeto referente ao não cumprimento por parte do Governo Federal de entrega de 150 Telecentros.BR contemplados no edital de 2010, pois, do montante das 247 casas digitais contempladas apenas 90 receberam os equipamentos. Esta não entrega de todos os Telecentros.BR contemplados está ocasionando prejuízo para cerca de 150 comunidades que gastaram no total um montante cerca de R\$ 450.000,00 reais na reforma, instalações elétricas e outras adaptações necessárias no prédios para o funcionamento do projeto e ainda não receberam as Casa Digitais.

Outra questão observada é a falta de integração das políticas públicas, inclusive as financiadas pelo FECOP, uma vez que, por exemplo, nas comunidades beneficiadas com a Casa Digital, as famílias passem a ter acesso a internet e conseqüentemente a informação, ao mesmo tempo, algumas destas, não possuem banheiro em suas residências ou água potável. Esta situação também ocorre na comunidade visitada, conforme foi confirmado pela sra. Bernadete Moreira, presidente da Associação Comunitária do Sítio do Muquém, que acompanhou a visita.

CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Considerando as questões analisadas, o Casa Digital do Campo, de um modo geral, consegue desenvolver uma ação estruturante que garante o acesso a informação e a comunicação para as famílias da zona rural. Contudo, destacamos algumas questões e encaminhamentos:

1) A manutenção das Casas Digitais e principalmente, a assistência técnica aos equipamentos se apresentam como uma demanda urgente para o projeto, uma vez que, trazem prejuízos para a comunidade que utilizam os espaços para realização de cursos livres e cursos de nível superior e realizar pesquisas e acesso ao mundo virtual. Sugerimos que, além do fortalecimento das parcerias com as prefeituras e entidades que possam apoiar a comunidade, a equipe da SDA apresente um projeto de manutenção das Casas Digitais do Campo para o ano de 2014, garantindo assim, a assistência técnica

adequada aos computadores e o monitoramento do projeto com qualificação do registro dos resultados.

2) Considerando as observações das lideranças comunitárias em relação às contradições do acesso as políticas públicas, uma vez que, alguns moradores tem acesso a internet mas vivem em más condições habitacionais, concordamos que a intersectorialidade torna-se um processo indispensável para a efetivação do combate a pobreza. Cabe portanto, de forma geral, que as setoriais realizarem o planejamento do projetos priorizando esta perspectiva da integração entre as suas ações.